

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

“A ESCOLA NÃO VIVE SÓ COM O PROFESSOR”:

os funcionários administrativos de escolas municipais do Rio de Janeiro

Fátima Machado Chaves*

RESUMO: Na ampliação e renovação de análises e fontes no campo da história da educação incluímos a investigação de sujeitos educativos, invisíveis, que “vivem” a escola, os funcionários administrativos na rede de ensino da cidade do Rio de Janeiro. Analisamos a Reforma de Fernando de Azevedo de 1928, no Distrito Federal; a legislação do Estado da Guanabara, em 1969 e as da cidade do Rio de Janeiro, entre 1996-2004. Acrescemos as pesquisas em escolas e os depoimentos de merendeiras e serventes, mulheres pobres e negras sobre suas atividades, consideradas femininas e “domésticas. Todavia, configuram-se como o “cenário invisível” da cultura escolar, porquanto a “escola não vive só com o professor”.

PALAVRAS CHAVES: funcionários escolares, cotidiano escolar, relações de gênero e de raça

ABSTRACT: In the expansion and renovation of analysis of sources in the field of the history of the education, we include the research of those who "live" the school, the administrative staff, who seem to be the invisible educational subjects, in the school system of the city of Rio de Janeiro. We will analyze the 1928 Reform of Fernando de Azevedo in the Federal District; the legislation of the state Guanabara, in 1969; the city of Rio between 1996-2004, and the research in schools, including the testimonies of janitors and cooks, poor and black women, inquiring about their activities, considered subordinate and "domestic". Even today they are configured as the "invisible stage" of the school culture, inasmuch as the "school does not only live with the professor".

KEY WORDS: administrative staff, educational quotidian, gender and racial relationships

A história da educação brasileira vem buscando compreender as problemáticas envolvidas na construção das instituições escolares, levando em consideração não somente os seus aspectos sociais, financeiros e políticos, bem como os culturais, gerando um conhecimento mais aprofundado destes espaços sociais e da importância da educação na sociedade brasileira. Todavia, investigando aquilo que se passa no cotidiano das escolas, percebemos lacunas nesse campo de saber sobre os funcionários administrativos como sujeitos participantes da estrutura escolar. Quem são? Qual é sua história? Quais os papéis que desempenham nas unidades escolares? Questões que nos instigaram a desenvolver pesquisas, sobre as relações sociais de trabalho, de gênero, de raça e processos saúde-doença, vividas por merendeiras e serventes no cotidiano de escolas públicas da cidade do Rio de Janeiro escolar na década de 1990 (CHAVES, 1998, 2000 e 2004). Parte dos resultados compõe essa comunicação, caracterizando uma para a reflexão a respeito desses sujeitos escolares “silenciados”. Em virtude da quase inexistência de fontes documentais na Secretaria Municipal de Educação, identificamos a história de funcionários¹, também através de indícios da legislação.

Numa breve incursão na Reforma de Ensino no Distrito Federal entre 1927 a 1930, liderada por Fernando de Azevedo, identificamos alguns funcionários subalternos. No Brasil, o alargamento das funções sócio-educativas da escola na década de 1920 em diante foi responsável pela ampliação e legitimação da categoria de funcionários técnico-administrativos que atuavam na infra-estrutura escolar. A perspectiva de modernização do ensino e sua organização nos moldes da Escola Nova trouxe a necessidade de incluir na Lei de Ensino funções e normas exclusivamente dirigidas aos funcionários, de modo a viabilizar a adequação da escola aos preceitos de um ensino que requeria o funcionamento de bibliotecas e grêmios literários; a conservação de laboratórios e salas ambiente; o trabalho coletivo e a participação dos alunos em atividades que demandavam diferentes tipos de uso do espaço, dentre outras. A Reforma de Azevedo, preocupada com a higiene escolar, estabelece que haverá

um gabinete para o inspector médico, com o material indispensável, e um gabinete odontológico [...] nenhum predio escolar será construído sem que comprehenda pateo de recreio e de exercícios pyhiscos, pavilhão coberto para gymnastica, de 12

¹* Mestre em Educação (UFF) e Doutora em Ciências (FIOCRUZ). Professora de História (SME) e de Pedagogia da Universidade Estácio de Sá.

Todos trabalhadores públicos são “funcionários”, neste texto significará os “administrativos” em escolas.

por 24, no mínimo, uma piscina ou banheiros e oficinas de pequenas indústrias (BRASIL, 1929 b: 303-304).

Propõe que cada disciplina profissional do Normal possuirá sala especial, com biblioteca e iconoteca, enquanto “as cadeiras de geographia, phisica, chimica, historia natural, anatomia e physiologia humanas, pedagogia, hygiene e puericultura terão museus, laboratórios ou gabinetes annexos” (BRASIL, 1929a: 193). Essas novas formas e espaços de ação educativa, sem dúvida, exigiam a contratação de profissionais responsáveis pela realização de outro tipo de função na escola, o trabalho não-docente, mas de fundamental importância para a nova e ampla infra-estrutura que se queria instaurar. Ademais, lembramos que cuidam dos indispensáveis registros escolares.

Dependendo do nível de ensino – Primário, Normal e Técnico Profissional -, os funcionários podiam ser secretárias, bibliotecários, médicos, dentistas, enfermeiras etc, mas também os considerados subalternos, tais como porteiros, contínuos, vigias e serventes. No Grupo Escolar e na Escola Fundamental Primária haverá “uma guardiã, para cada grupo de 200 alunos” e “os serventes necessários” (BRASIL, 1929a: 29-30). O cargo “guardiãs”, sempre no feminino, implicaria ser exercido por mulheres, configurando-se como uma espécie de inspetoras de alunos, a julgar pelas suas atribuições prescritas, assim como pela inexistência dessa categoria para o primário. Pelo artigo 127, seriam as que servem de guarda ou proteção aos educandos:

- e) Acompanhar os alunos que por indisposição física ou acidente ocorrido na escola, se retirem antes da *terminação* dos trabalhos do dia;
- g) Acompanhar os alunos, auxiliando os diretores e professores adjuntos, quando exigido, por ordem *superior*, o seu comparecimento a alguma festa escolar ou cívica. (BRASIL, 1928 b: 184).

As guardiãs e serventes teriam idade até quarenta anos, devendo apresentar prova de idoneidade moral dada pelo Diretor de Instrução e “conhecimentos elementares de linguagem, calculo, higiene e organização administrativa municipal, feita a prova perante comissão examinadora designada para esse fim” (BRASIL, 1929b: 325), ou seja, que tivessem minimamente freqüentado a escola primária. Essa exigência estava de acordo com o projeto modernizador da escola pública de Azevedo, porém, vedava esses cargos á grande parte da população, levando em conta o grande índice de analfabetismo no período. Quem seriam esses funcionários?

Percebe-se, pelos diferentes cargos e quantitativos, a preocupação com o funcionamento das Escolas Normais, através da infra-estrutura: secretario; bibliotecário; um primeiro e um segundo oficial; três amanuenses; cinco preparadores; dois conservadores de laboratório; chefe de disciplina; 30 inspetoras; um porteiro; três

contínuos; quinze serventes (BRASIL, 1928a:36-37 e 1928d:203). As incumbências dos preparadores e conservadores de laboratório, nos artigos 228 e 229, auxiliariam fundamentalmente o trabalho docente:

a) ter sob sua guarda, devidamente inventariado e na melhor ordem, o material dos gabinetes a seu cargo; b) preparar e dispor com a devida antecedência os aparelhos e recursos para as experiências e demonstrações, realizando-as em aula segundo as determinações dos respectivos professores [...] incumbe a conservação, arrumação e limpeza do material dos gabinetes e laboratórios e prestar aos preparadores o auxílio preciso para o preparo das aulas e realização das experiências e demonstrações (BRASIL, 1928 d: 207).

Embora os artigos da lei não especifiquem cargos de cozinheiro, copeiro, lavadeira, despenseira, costureira, roupeiro, eles e outros aparecem na Tabela de Vencimentos (BRASIL, 1929c), lotados nas escolas profissionais femininas e masculinas. Seriam o “pessoal subalterno designado pelo diretor”, para auxiliar nas disciplinas ou para possibilitar o funcionamento do horário integral dessas escolas?

Continuando nas pistas legislativas, verificamos que em 1969, no Estado da Guanabara², as normas para as Escolas da Rede Primária Oficial eram articuladas na Portaria nº 3 (GUANABARA, 1969). As Disposições Gerais do Pessoal Subalterno e Administrativo estabeleciam: Zelador, Vigia, Impressor, Servente, Contínuo, Inspetor de Alunos, Trabalhador, Serviçal, Merendeira, Datilógrafo, Escriturário, Arquivista, Oficial de Administração e Assistente Social. Com a Lei nº 5692, de 1971, surgiu o primeiro grau com oito anos obrigatórios, prevalecendo nesse a organização das escolas primárias, com algumas modificações da Portaria nº 6, em 1983 (RIO DE JANEIRO, s.d.).

Realizando outro recorte temporal, em 1997, na rede municipal de ensino, havia quarenta e quatro cargos lotados no quadro de funcionários, agora denominados “de apoio”. Porém, grande parte dos mesmos não mais atuava efetivamente em escolas, muitos em extinção³, fato demonstrado pela relação entre o pequeno número existente e o quantitativo de unidades escolares da cidade, mais ou menos 1029: Agente Administrativo (60), Auxiliar Agente Administrativo (208), Inspetor de Alunos (257), Agente Educativo II (111), Datilógrafo (38), Copeiro (103), Agente de Portaria (26), Trabalhador (344), Zelador (23), Artífice de Alvenaria e Pintura (23) e diversos em mais dezoito cargos (47) (RIO DE JANEIRO, 1997). Concretamente, as escolas possuem duas ou três merendeiras e alguns serventes ainda públicos, devido à

² O Estado da Guanabara foi criado quando a cidade do Rio de Janeiro deixou de ser Distrito Federal, em 1961, sendo extinto, em 1974, passando essa cidade a ser capital do estado do mesmo nome.

³ Na década de 1980, os concursos foram apenas para serventes e merendeiras e, após 1990, para merendeiras.

terceirização do serviço de limpeza com firmas particulares, sendo utilizado, hoje, trabalhadores da Companhia de Limpeza Urbana.

O governo municipal carioca apresenta os funcionários, classificando-os numa hierarquia de poder funcional social e econômico. Se “apresentar” significa tornar presente em toda sua inteireza, o funcionário escolar, de acordo com os interesses sociais e políticos em cada conjuntura histórica, ficam na lateralidade do ambiente em que trabalha e na periferia dos espaços públicos. Apesar de “apresentado”, permanece numa invisibilidade sustentada pelas práticas preconceituosas e discriminatórias do cotidiano escolar, além de postar-se sempre serviçal, servido, constantemente, em último lugar. Atualmente, a nova gestão do trabalho escolar está, inclusive, excluindo-os com a contratação temporária de merendeiras e terceirização de serventes. No cotidiano das escolas municipais, os funcionários encontram-se na subalternidade:

hoje muitas professoras e diretoras diz que é funcionáriozinho. Esse “zinho” que carrega a maioria nas costas, de muitos e muitos anos. Por experiência própria [...] eu falei assim, lá na escola para a diretora, “que eu queria ser advogado”. Sabe o que ela me respondeu? “Deus não dá asa à cobra”. Sabe qual foi minha resposta? Foi o silêncio... Se falou que ele não deu asa à cobra era porque a cobra rastejava, porque sabia que eu ia voar alto. Você está me entendendo? Nas cobras, que não deu asa, era para rastejar e não para voar alto (Jorge).

Nosso campo de pesquisa proporcionou-nos inúmeras possibilidades de análise que expressam a complexidade dos cotidianos. As funcionárias, como sujeitos, visível ou sutilmente, deixam suas marcas, porque “praticam” as escolas, com “mil maneiras de jogar...” (CERTEAU, 1996:79), inventando-se a cada dia e, ao se inventarem, inventam a escola:

As condições realmente estão muito ruins mesmo [...] nem tem como fazer as coisas, mas a gente dá um jeitinho [...] está se tornando até assim um hábito [...] contornar certa situação, melhorar, ou até mesmo fazer uma coisa que a gente nem tem na mão no momento, a gente dá um jeito e acaba fazendo aquilo para servir as crianças (Ângela).

eu chegava cedo, seis e meia, horário de merendeira. Então, o que que eu fazia? Já lavava as panelas, botava a água pra se fazer o desjejum [...] a gente já tinha escaldado os pratos, as canecas [...]. Aí a gente dava o desjejum antes das criança ir pra sala e já colocava água no fogo pra fazer a primeira merenda, que saía as nove hora, e fazia a segunda, que saía às doze hora, e a outra às quinze hora, e dali a gente já lavava a cozinha (Amanda).

Identificamos as experiências e práticas cotidianas de merendeiras e serventes, admitidas como “mães de alunos”, os mais pobres. “Voluntárias”, sem salários por até quatro anos, ganharam “trocados” da “caixa escolar”. Seria essa uma nova forma de escravidão? Após 1990, funcionárias com nível médio e superior completo, sendo inclusive, professoras primárias ou pedagogas, fizeram concursos. Majoritariamente mulheres negras e pobres, representadas às vezes como “empregadas

domésticas” realizam trabalhos “femininos” desqualificados⁴ – cozinhar, alimentar, limpar, servir, socializar, disciplinar, orientar - que exigem dedicação e cuidados.

Quem está dentro de uma direção da escola confunde as coisas, acha que você tem que largar o seu serviço pra fazer comida diferente pra elas; ir na rua; é como se fosse uma empregada doméstica. Tem muita empregada doméstica que é muito mais bem tratada dentro da casa dos seus patrões do que dentro de uma escola, a gente sendo funcionária pública [...] eu sempre lutei por esse direito, eu sou uma funcionária pública! Está certo que tem gente superior a mim. Quem manda dentro de uma escola, tem um cargo superior mas não é por isso que vai pisar (Helena).

Sofrem as decorrências das desigualdades sociais, assentadas constantemente em preconceitos e discriminações de classe, gênero e raça, que exacerbam as dificuldades desses grupos na apropriação de direitos humanos plenos. As atividades escolares dessas funcionárias contribuem no processo pedagógico, porquanto interferem no currículo “oculto”, na medida que participam na criação e socialização de hábitos, atitudes e valores de alunos, numa afetiva atividade de ensinar, cuidar e disciplinar. Primeiro, porque a função exercida pela merendeira tornou-se fundamental, relacionando-se com a política pública da merenda escolar, em conformidade à precariedade nutricional dos educandos, sendo, atualmente, importante também para os docentes. As merendeiras manifestam: “lá no colégio, era quase 230/270 merendas porque todo mundo merendava, porque são uma área que as pessoas sentem fome. A criança vai sem comer” (Gilda) ou “Existe sim um pouco de humilhação, a merendeira só é lembrada quando a professora tá com fome [...] Vem de casa meio-dia pra almoçar na escola” (Marlene). Entretanto, “na cozinha [para cortar] só a mão. E abóbora ainda é fácil de cortar, pior é carne [...] de segunda, cheia de pele, de pelanca, de sebo, de tudo. As facas são horríveis. Muitas vezes não tem nem faca para se trabalhar” (Isabel). Logo,

[Cozinha] não tem muitas condições não [...] Falta espaço, o fogão não funciona direito, pra cozinhar uma comida é uma tristeza. O fogão é todo entupido, tem dias que a gente fica doidinha ali naquela cozinha! Um vazamento de baixo da pia, tudo molhando, é um horror essa cozinha! Quente, é quente (Marta).

Em segundo lugar, conservar limpas as escolas sugere implicações diferentes do mesmo serviço realizado em empresas etc. Como o aluno adquirirá hábitos de higiene se não vivenciar uma escola limpa? Devido às práticas indisciplinar de alunos, que durante e após o recreio, fazem “guerras” de cascas de laranjas e bananas, ou usam os banheiros de forma incorreta, as serventes, “pôxa, trabalha muito [...] faz aqui tudo [...] limpar banheiro, varre o pátio, depois as salas, depois a gente volta pro pátio, banheiro. E assim o dia inteiro, banheiro, sala e pátio, banheiro, o

⁴ As mulheres vivenciam desde cedo em seus lares um processo informal de qualificação, socialmente não reconhecido, mas adequado e necessário às tarefas que o mercado de trabalho lhes reserva (CHAVES, 2004:113)

tempo todo” (Aparecida). Mas, “ah, uma vez só não dá não [...] toda hora tem que tá lá. Porque as meninas... tem umas que urina no chão, outras sobem na tampa do vaso, suja tudo. E não dá, uma vez só não dá pra limpar banheiro não. É várias vez. A toda hora tem que tá lá” (Lúcia). Embora isso, citam práticas de cuidados e carinhos: “chegava cedo pra passar um paninho molhado, tirar a poeira. Acabava de limpar e já ficava olhando lá pelo buraco do vidro pra ver se tava bonitinho. O quadro negro limpinho sem poeira assim de giz” (Maria).

Todavia, a precariedade das condições de trabalho escolar vem potencializando doenças, demonstradas pela alta taxa de readaptação funcional na Educação (DGPM, 2000: 2). Em 1998, de 24628 professores, havia 297 readaptados, significando 1,2%, enquanto de 2908 merendeiras e 3368 serventes, 518 e 398 - 17% e 11,81% -, respectivamente, eram readaptadas. As principais doenças de funcionárias, cardiologia (HÁS), reumatologia e ortopedia (CHAVES, 2004), referem-se ao tipo e às condições de trabalho escolar, mas, também às suas vidas, revelando questões sócio-econômicas, relações de gênero e de raça: “sempre têm alguma coisa. É a grande quantidade de filhos, é o marido que bebe, marido que bate, essas coisas assim [...] sem marido, tendo que criar doze filhos [...] Muito difícil essa vida delas” (DGPM, 2000). Algumas doenças advieram das “duas coisa, porque se torna pesado. A senhora trabalha fora e trabalha dentro de casa. Mas o serviço também colaborou bastante, que o serviço da gente é bem puxado” (Amanda). Denota-se uma circularidade vida-trabalho-saúde de mulheres, principalmente das pobres, em geral, negras:

Ser dona de casa, é filho, é marido, pra lavar, passar e cozinhar [...] Afinal de conta éramos cinco. Tinha minha mãe [...] já velhinha [...] Toda a responsabilidade minha [...] É um grande trabalho [...] Foi uma luta. Acabei arrumando [trabalho fora], mas ficando hipertensa de tanto estresse na vida da gente (Maria).

a vida da mulher negra é mais sacrificada. Porque tem preconceito duas vezes: por ser mulher e por ser negra. O homem só carrega o preconceito dele ser negro.. Então, tem a vida da mulher muito mais difícil, mais sacrificada. E, [...] mora na periferia das cidades (Mila).

A saúde humana depende das possibilidades de aquisição de bens de consumo – trabalho/ emprego, organizações representativas, habitação, saneamento, educação, lazer, acesso à assistência sanitária, transporte, etc. Reconstruindo a relação entre o processo de trabalho e a saúde das funcionárias, usamos o conceito de desgaste, ou seja, a perda da capacidade efetiva e/ou potencial, biológica e psíquica, originadas na maneira específica como se articulam a base técnica e a organização do trabalho. Refere-se ao conjunto dos processos biopsíquicos, sendo “o substrato geral que

determina [...] o perfil patológico de um grupo social [...] e estabelece a “doença” como processo particular” (LAURELL e NORIEGA, 1989: 115-116). Logo, entende-se o perfil patológico, elaborado por médicos peritos: “a vida de merendeira é curta. O tempo útil [...] hoje em dia, é de cinco a oito anos, no máximo” (DGPM, 2000). Então, os processos saúde/ doença de merendeiras e serventes condicionam-se pelo lugar social que ocupam, ou seja, de suas precárias condições de trabalho e vida, mas também pelas assimetrias de classe, gênero e raça.

Os funcionários, embora tenham sido trabalhadores responsáveis e/ou auxiliares pela infra-estrutura oferecida aos docentes e discentes, configurando-se como o “cenário invisível” no cotidiano escolar, receberam pouca atenção da história da educação que praticamente os desconhece. Esperamos que o recado de um servente: “*A escola não vive só com o professor* [...] vive sim em torno do servente, merendeira, inspetor, pessoal de apoio da secretaria, residente que tá ali o dia inteiro, dias, dias, trabalhando. Sem eles, escola nenhuma vive bem” (Sérgio), inspire o desenvolvimento de pesquisas.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Distrito Federal. **Lei de ensino**. Decreto n. 3281/ 1928. Distrito Federal: Escola Alvaro Baptista, 1929a. p. 9-139.
- BRASIL. Distrito Federal. **Regulamento do Ensino**. Decreto n. 2940/ 1928. Distrito Federal: Escola Alvaro Baptista, 1929b, p. 141-334.
- BRASIL. Distrito Federal. **Tabella de Vencimentos**. Decreto 2.770/ 1928. Distrito Federal: Escola Alvaro Baptista, 1929c, p. 335-344.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do Cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHAVES, F. M. **O trabalho de serventes e merendeiras de escolas públicas da cidade do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Educação). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1998.
- CHAVES, F. M. Os “quadros negros” de escolas públicas: trabalho e saúde da funcionária negra. **Relatório de Pesquisa**. Primeiro Concurso de Dotação Negro e Educação. ANPed, Ação Educativa e Fundação Ford. Rio de Janeiro, 2000.

CHAVES, F.M. **Vidas negras que se esvaem**: Experiências de saúde das funcionárias escolares em situação de trabalho. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz, 2004.

DGPM. **Entrevista**. Rio de Janeiro: Departamento Geral de Perícias Médicas. Secretaria Municipal de Saúde, 2000.

LAURELL, Asa Cristina e NORIEGA, Mariano. **Processo de produção e saúde**. Trabalho e desgaste operário. São Paulo: Hucitec, 1989.

GUANABARA (Estado). Secretaria de Educação. Disposições Gerais do Pessoal Subalterno e Administrativo - Título III. **Portaria** nº 3, E/SED, 13/02/1969.

RIO DE JANEIRO (Cidade). Secretaria Municipal de Educação. *Portaria nº 6, E/DECT/* 1983. In: **Funcionário Residente**. Rio de Janeiro, SME, E/DGA, pasta 11, fls 357, s.d.

RIO DE JANEIRO (Cidade). Secretaria Municipal de Educação. Departamento Geral de Recursos Humanos. **Totalização dos Quadros de apoio**. Rio de Janeiro:SME, 1997